

**III Congresso Sulbrasileiro de Ciências do Esporte.**

**20 a 23 de setembro de 2006**

**Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal de Santa  
Maria – UFSM.**

**TEMA: “A conformação da Educação Física nos (des)caminhos da  
ciência hegemônica”.**

**20 de setembro (quarta-feira) - 19 horas.**

**EMENTA E EIXOS**

- 1) O papel do Estado, ideologia e ciências numa sociedade capitalista.**
- 2) Formação profissional, tratando da licenciatura e bacharelado em  
Educação Física.**

**POR UMA POLÍTICA CIENTÍFICA PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA COM ÊNFASE  
NA INTEGRAÇÃO EDUCAÇÃO BÁSICA, GRADUAÇÃO-PÓS-GRADUAÇÃO.**

**Contribuição de:**

**Celi Nelza Zülke Taffarel – UFBA**

**Cláudio Lira Santos Junior – UEFS**

**Kátia Oliver de Sá - UCSal**

**Solange Lacks - UFS**

**Roseane Soares de Almeida - UFPE**

**Márcia Chaves – Aposentada UFAL – Pós Doutorado UFBA**

**Joelma Albuquerque – Mestranda Programa Educação UFBA**

**Nair Casagrande – UFBA**

## APRESENTAÇÃO

Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem arbitrariamente, mas sim nas condições directamente determinadas ou herdadas do passado. A tradição de todas as gerações mortas pesa inexoravelmente no cérebro dos vivos. (MARX, K. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. 1990, p.17).

Pertencemos ao GRUPO LEPEL FACED/UFBA – sócio institucional do CBCE – somos coordenadores de Grupos de Pesquisa em universidades do Nordeste e coordenamos a Rede LEPEL de Intercâmbio Científico e Tecnológico na área de Educação Física nas Universidades UFBA, UFS, UFPE, UCSal, UEFS. Nosso objetivo, ao apresentar o presente texto, é contribuir com o debate acerca da configuração de uma política científica para a Educação Física. Para tanto, explicitamos nossa compreensão sobre: a) atual política de desenvolvimento científico & tecnológico no Brasil; b) nossa compreensão sobre o desenvolvimento da pós-graduação; c) nossa crítica sobre a produção do conhecimento; d) os pontos que consideramos importantes: política global de desenvolvimento da área, com financiamento público, socialmente relevante, que articule ensino, pesquisa, graduação-pós-graduação, Universidade-Sociedade, Universidade e Educação Básica e, que elimine disparidades regionais a serem incluídos em um documento que explicita a posição da comunidade científica, reunida em torno do CBCE, no diálogo político a ser travado com demais instâncias institucionais (sociedade política) e movimentos de luta (sociedade civil).

## INTRODUÇÃO

ninguém duvida de que a ciência é capaz de servir ao homem, mas, ao mesmo tempo, de que é um fato o uso dos seus resultados em detrimento da humanidade. Daí um grande problema social: orientar a revolução técnico-científica em benefício do desenvolvimento da civilização, aprender a dirigir o movimento do pensamento científico segundo os interesses humanos. (KOPNIN, 1978, p.19).

Partimos da consideração da contradição sobre o extraordinário desenvolvimento científico & tecnológico da humanidade e o avanço avassalador de destruição das forças produtivas – trabalho, trabalhador, natureza. Concordamos com os que alertam sobre a possibilidade da destruição da vida no planeta terra. Também localizamos as contradições entre produção e circulação de bens onde destacamos aqui a ciência & tecnologia. Concordamos com os que analisam as relações imperialistas estabelecidas internacionalmente e que orientam o desenvolvimento da ciência & tecnologia. Tais relações têm assegurado a manutenção das estruturas de poder, a manutenção de taxas de lucros, a manutenção da propriedade privada dos meios de produção, inclusive no âmbito da ciência & tecnologia. A reflexão e o auto-conhecimento das áreas científicas não tem barrado a investida, principalmente, de setores que visam lucros, que fomentam ou não determinados avanços científicos & tecnológicos. No entanto, a crítica radical, considerando as inter-relações, nexos e determinações históricas do desenvolvimento científico & tecnológico da área, é fundamental para entendermos e propormos ações coletivas, no âmbito da sociedade civil, na linha da defesa de uma dada perspectiva de desenvolvimento científico & tecnológico para a educação física. O que a realidade nos aponta para além do auto-conhecimento é a necessidade de tática e estratégia e de entidades que se disponham ao enfrentamento político em defesa do que reivindica a comunidade científica.

Nesta linha reconhecemos a relevância e importância da função e do papel do CBCE em promover a reflexão, em articular as forças e enfrentar uma política destrutiva em curso. Tarefa esta que não se faz só, mas, sim, ampliando frentes de ação com outras

entidades científicas e movimentos de luta, vez que, existem pontos que unificam, como por exemplo, o da definição de uma política que considere a necessidade do financiamento público, que combata o emprego de verbas públicas para fins lucrativos da iniciativa privada, que avance na superação das disparidades regionais e não condenem regiões à ignorância e à miséria econômica, intelectual e social, que avance na construção e consolidação de um consistente lastro nacional de ciência & tecnologia que somente será possível com base em um sólido e qualitativo sistema de educação básica, uma sólida formação de professores e investimentos maciços em pesquisa. Estes pontos que unificam áreas podem ser identificados, particularmente, na situação da educação física. Financiamento, escolas, formação de professores, inicial e continuada na pós-graduação, socialização do conhecimento – publicações, eventos-, fomento a pesquisa – grupos, redes, intercâmbio nacional e internacional, infra-estrutura, são imprescindíveis a qualquer área.

A Educação Física necessita, também, comunidades científicas, problemáticas relevantes e vitais a serem pesquisadas, pesquisadores preparados com sólida e consistente base teórica, investimentos e financiamento público, respostas de conjunto aos problemas científicos da área e fundamentalmente, órgãos de publicação e divulgação massivos para a difusão e massificação do conhecimento científico para fazer face a ignorância, as manipulações, ilusões e representações, com base nas quais, se sustenta um perverso modo de vida, altamente destrutivo. A cultura corporal do nosso tempo e suas diversificadas manifestações, que vão dos jogos de caráter lúdico às mais acirradas formas de competição esportiva, são exemplificações que demonstram o que pode ocorrer frente à propagação da ignorância, do desconhecimento, do agir utilitário com base em pseudoconceitos e da instrumentalização da racionalidade para fins destrutivos.

Vamos defender, portanto, com base nos dados que temos disponíveis sobre o desenvolvimento científico da área de Educação Física, uma política articulada com a educação básica, articuladora da graduação – pós-graduação, a ser apresentada, imediatamente, aos candidatos a governar o Brasil, bem como, posteriormente, em todas as instâncias onde ocorrer a necessidade de defesa de tal política científica & tecnológica, principalmente junto aos Ministérios de Educação, Esporte, Cultura, Ciência & Tecnologia, Saúde.

## A CIÊNCIA ENQUANTO FORÇA PRODUTIVA, IDEOLÓGICA E POLÍTICA

.....Será que se requer grande acuidade de espírito para se compreender que idéias, noções, concepções, numa palavra, a consciência do ser humano sofre modificações em função das mudanças que se operam nas condições concretas de sua existência material, em suas relações sociais, em sua vida social” (MARX E ENGELS. Manifesto do partido comunista. São Paulo, Global, 1984. p. 34)

Partimos da compreensão de que o conhecimento adquire *força produtiva* – quando incorporado aos processos produtivos, aumenta a produtividade, o rendimento, a mais-valia, assegurando a acumulação do capital e as condições que o perpetuam; proporciona *dominação política* – quando incorporado à sociedade industrial, a modernidade e a pós-modernidade, por uma política de racionalidade científico-tecnológica assumida pelo Estado, determina condições de vida, processos de trabalho, de acesso a bens culturais como educação, saúde, seguridade; e *força ideológica* – quando se submete aos interesses da classe dominante, mediatizados pelo Estado e expressos em leis, planos, diretrizes governamentais e administrativos. (SOBRAL, 1986, p.287-305). Estas características nos permitem distinguir entre a ciência que se proclama “neutra” seja pela neutralidade axiológica do pesquisador, seja pela conformação de falsos consensos advindos dos “múltiplos olhares” que tem por fim desenvolver a indústria da guerra e aumentar a mais-valia, da ciência que permite aos seres humanos se compreender enquanto sujeitos históricos, sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, possibilitando a modificação das relações de produção da vida, com um outro projeto histórico em seu horizonte.

Não pactuamos com o fetichismo da “sociedade do conhecimento”, “das tecnologias de informação e de comunicação (TIC)” e que o conhecimento, por si só, será capaz de em todas as esferas da vida social contemporânea, rearticular experiências sociais, possibilitando novas formas de interação social e transformando as normas e os valores. Não pactuamos com o fetiche da “Ética” que oculta, nega e desconsidera a luta de classes e ignora o movimento mais geral do capital e suas leis e a

estrutura e organizar do poder da burguesia através do Estado definindo os rumos da economia política.

Assim como no século XX tivemos os avanços decorrentes de descobertas nas ciências básicas do século XIX, nas áreas de ciências naturais e exatas, visível em tecnologias aplicadas que possibilitaram entre outros fatos a chegada a outros planetas, o século XXI deverá avançar a partir das descobertas básicas do século XIX e XX nas áreas das ciências biológicas e humanas. Os exemplo do uso destas tecnologias no modo de vida são muitos e de grande impacto, atingindo todas as esferas de experiência e de atividade públicas e privadas. Os impactos sócio-políticos dessa presença maciça das tecnologias não são dados de antemão, mas, sabe-se que uma das características centrais é o processo de produção social e apropriação privada das tecnologias, como todos os bens produzidos pelo sistema capitalista. Seus resultados são apropriados privadamente, mantendo relações que subsumem o trabalho ao capital. Não nos iludimos que elas são capazes de engendrar novas formas de sociabilidade, novas formas de ação social e novas formas de atuação política. Não nos iludimos com o enfoque da sociedade da informação e do conhecimento e que as transformações nas relações sociais, políticas e econômicas, sobretudo a partir das Tecnologias da Informação e Comunicação ocorrerão por si só. Não nos iludimos com a emergência de um campo conhecido como 'NBIC' – Nanotecnologia, Biotecnologia, Informática e Ciências Cognitivas ou Ciências da Mente. Esta área do conhecimento, por si só não pode mudar o relacionamento milenar construído entre seres humanos e a natureza, que apresenta um padrão hegemônico – a exploração da natureza e a exploração do homem pelo homem. Exemplos clássicos são as novas tecnologias na agricultura, a biotecnologia em geral como os transgênicos, a nanociência e a nanotecnologia e suas implicações na gestão pública e no modo de vida. As potencialidades sociais e ambientais destas conquistas em uma sociedade de classes já foram evidenciadas nos últimos três séculos.

O conhecimento especial, denominado “científico”, surge da atividade prática humana – o trabalho – e se desenvolve baseado nela. O motor principal desse desenvolvimento é constituído pelas necessidades materiais de produção, portanto, pode-se afirmar que o desenvolvimento da ciência subordina-se ao Projeto Histórico e às relações econômicas predominantes por ele estabelecidas. É dessas relações que depende o ritmo do desenvolvimento científico e o aproveitamento das conquistas científicas.

As desigualdades no mundo acentuadas no dia-a-dia estão evidentes nos relatórios apresentados pelas Nações Unidas – PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mundial evidencia: os ricos estão mais ricos e os pobres mais pobres. Conclusão, nos anos em que se radicalizou a internacionalização do capital o mundo se tornou mais desigual, pobre, injusto e violento. Quanto aos dados referentes à ciência nos relatórios das Nações Unidas, a revista científica britânica "Nature" ([www.nature.com](http://www.nature.com)) publicou um texto de autoria de David King, o principal assessor científico do governo do Reino Unido, onde são apresentados dados que evidenciam que apenas 31 países estão representados no 1% dos mais importantes artigos científicos, aqueles que foram os mais citados por outros cientistas. Há várias maneiras de medir a produção científica dos países e seu impacto geral na ciência, nenhuma das quais é perfeita. Um artigo pode ser muito citado por outros cientistas por estar totalmente errado, por exemplo. Mas, em geral, e em grandes conjuntos de dados, quanto mais citado, mais impacto tem uma pesquisa. King fez comparações entre a produção de artigos desses 31 países mais significativos na ciência mundial. O grupo dos 31 responde por 98% dos artigos mais citados de todos -1% da produção total de artigos. Os outros 162 países do planeta contribuíram com os 2% restantes. Conclusão de King "As nações com mais citações estão se distanciando do resto do mundo". É o caso dos oito países mais ricos do mundo, o grupo conhecido como G8 - com a exceção da Rússia, cujo investimento em ciência caiu desde o fim da União Soviética. Conclui King "sobreviverão os mais aptos". Portanto, o lastro nacional de desenvolvimento educacional, científico & tecnológico exige o desenvolvimento da ciência, sua produção, veiculação, o que significa fomentar organismos de socialização, divulgação científica.

Quanto à aplicação de percentuais do PIB em Ciência & Tecnologia podemos constatar que entre os latino-americanos, Cuba aplica 1,2%, Brasil 0,76%, Chile 0,63%, Argentina 0,38%, Bolívia 0,34%, e Panamá, 0,11%. Evidencia-se a relação entre a produção científica e os investimentos estatais. Acentua-se aí a propensão e a dependência dos grandes centros de produção do conhecimento. O Banco Mundial, constantemente, nos Relatórios sobre o Desenvolvimento Mundial, justifica os desníveis e fossos entre nações alegando que o problema é em decorrência das pessoas e as nações terem menos conhecimentos.

Os fatos demonstram que a ciência & tecnologia são vulneráveis aos seguintes fatores: o financiamento especulativo; aos limitados sustentos estatais; pela crise fiscal; pela dívida pública; pelo endividamento externo; pelas privatizações e; pela destruição dos serviços públicos. As inovações científicas & tecnológicas pressupõem o financiamento público e, em grande escala. O déficit fiscal, as privatizações, o pagamento da dívida externa, introduzem pesadas barreiras. Aplica-se 0,7% em ciência & tecnologia, quando o indispensável seria em torno de 3 a 4% do PIB.

No campo específico do Esporte<sup>1</sup> constata-se, por exemplo, que os investimentos de municípios, Estados e união não correspondem a 0,2% do PIB. O fato é que, segundo denúncia do secretário da Juventude, Esporte e Lazer do Estado de São Paulo, Lars Schmidt Grael<sup>2</sup>, não há no Brasil nenhum Estado da Federação que invista pelo menos 1% de seu orçamento no esporte. A média estadual é de 0,2% dos orçamentos, enquanto o investimento do governo federal no Ministério do Esporte oscila na base de 0,02%.

Apresentam-se hoje na conjuntura medidas que estão sendo tomadas e que vêm influenciando e dando direção para a produção do conhecimento, e portanto, para a formação humana e a construção de condições para organização da a vida. São as *estratégias do capital para manter sua determinação mais profunda*<sup>3</sup> – manter sua expansão e a acumulação. Reconhecemos atualmente as *mediações do Estado e suas medidas que aprofundam o acirramento da luta entre as classes* tais como: as reformas do Estado: ensino superior, sindical e trabalhista em curso, das quais decorrem o novo ordenamento legal: a aprovação da Lei de Inovação Tecnológica (nº 10.973 de 02/12/2004, decreto-lei nº 5.563 de 11/10/2005), a regulamentação de profissionais (no caso da Educação Física, através da criação do Conselho Federal de Educação Física e dos Conselhos Regionais de Educação Física – CONFEF/CREF's pela aprovação da lei 9696/98), para além da anterior Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei N. 9394/96), Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) e Plano Nacional de Educação (PNE); a aprovação das diretrizes curriculares para as licenciaturas (Resolução 01/02), bem como

---

<sup>1</sup> O assunto foi apresentado na Conferência Estadual do Esporte realizada em São Paulo e foi tema de destaque na Conferência Nacional promovida pelo Ministério do Esporte, em Brasília em Julho de 2004.

<sup>2</sup> Lars Schmidt Grael é secretário da Juventude, Esporte e Lazer do Estado de São Paulo e membro do Conselho Nacional de Esportes. Foi secretário Nacional de Esportes (2001-02).

<sup>3</sup> Mézários, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Campinas-SP: Boitempo Editorial & Editora da Unicamp, 2002. p.100.



para a área da Educação Física (Resolução 07/04); a continuidade de políticas como o Programa de Incentivo a Docência (PID) e em detrimento da incorporação e aumento de salários, o corte nas verbas destinadas ao Ministério de Ciência & Tecnologia (60% em 2006<sup>4</sup>); e ainda, *as condições da produção e seus aspectos ideológicos*: as abordagens epistemológicas da produção do conhecimento, que refletem tanto estratégias metodológicas utilizadas para isolar, confundir, esvaziar os fenômenos da realidade de seu conteúdo mantendo ou piorando o estado das coisas, em detrimento de abordagens que, por outro lado, tenham como objetivo explicitar, construir, transformar a realidade sobre um outro horizonte histórico contrário ao capitalismo, o que se articula respectivamente, com diferentes perspectivas para a formação humana. Esta luta se expressa no momento de definição de prioridades para a distribuição dos poucos recursos disponíveis para o financiamento científico da área e da ingerência dos interesses de classe, com supremacia nas definições para os interesses da burguesia.

Os indicadores acima nos mostram como a produção do conhecimento é estratégica para a manutenção do sistema de sociometabolismo do capital<sup>5</sup>, ou seja, a relação que subordina o trabalho ao capital tendo como elo de complementação o Estado Político. A Educação Física, enquanto campo científico – porque tem problemáticas vitais e relevantes, tem instituições científicas, pesquisadores, eventos, publicações, financiamento, etc. Reproduz em si o que se expressa no mais geral, mas não o faz mecanicamente mas sim por mediações que estão expressas, sim, nas condições objetivas de desenvolvimento científico da área.

Consideramos, portanto, necessário e vital, estabelecer relações entre o conhecimento produzido e a forma como se produz a vida, por entender que o sistema de produção da vida no qual estamos inseridos, o capitalismo, acirra a separação entre a produção voltada para o atendimento das necessidades e as de sua auto-reprodução. Mézáros (2002) aponta conseqüências deste acirramento, dentre as quais destaca como particularmente graves: a destruição e/ou a precarização sem paralelos, em toda era moderna, da força humana que trabalha; e a degradação crescente do meio ambiente, na

---

<sup>4</sup> Folha de São Paulo. *Governo reteve verba de pesquisa, diz SBPC*, de 17/02/06 (p. A16 - Folha Ciência).

<sup>5</sup> *Complexo caracterizado pela divisão hierárquica do trabalho que subordina suas funções vitais ao capital*. Mézáros, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Campinas-SP: Boitempo Editorial & Editora da Unicamp, 2002. p.94-132.

relação metabólica entre homem, tecnologia e natureza, conduzida pela lógica societal subordinada aos parâmetros do capital e do sistema produtor de mercadorias. Exemplos na área não nos faltam. Eles vão desde as construções de ambientes para as práticas esportivas a construção das instalações para jogos internacionais, como é o caso dos Jogos Pan-Americanos 2007 (Rio de Janeiro).

Chamamos aqui a atenção para a ciência e seu papel no processo de auto-reprodução do capital. A ciência se volta ao desenvolvimento de tecnologias necessárias à reestruturação produtiva advinda das crises que o sistema produtivo vem passando nas últimas décadas, o que o historiador Osvaldo Coggiola denomina de alienação capitalista da ciência. Citando Paul Forman, um dos principais historiadores da física, Coggiola aponta:

a ciência é cada vez mais “uma empresa política e econômica”. Atualmente “a ciência é valorizada simplesmente como um componente da tecnologia, e esta não como um meio para fazer ciência. A tecnologia se transforma no propósito da ciência, estabelece seus objetivos e orienta sua atividade, não mais concebida como dotada de seus próprios fins ou objetivos intrínsecos, porque carente de uma concepção hierárquica de conhecimento: a ciência é incapaz de criar seus próprios fins, a tecnologia se converte no instrumento e objetivo indispensável da atividade científica. (COGGIOLA, 2005. p.7)<sup>6</sup>.

Assim, a ciência, passando a se voltar para o desenvolvimento das tecnologias, que no processo de produção da vida se incluem entre os meios de produção, as quais são de propriedade dos capitalistas, está cada vez mais deixando de lado os problemas advindos da relação entre os homens e a natureza no modo de produção capitalista. Disso decorre que as graves conseqüências deste tipo de relação são deixadas de lado, ou seja, a relação que hominiza o homem, o trabalho, vem sendo destruída, precarizada, e junto a ele todos os bens construídos historicamente: *os materiais*: alimentação, moradia etc; *os espirituais*: o lazer, a educação, a educação física, esporte, lazer, saúde, entre outros.

Portanto, o primeiro ponto a ser defendido diz respeito ao porque queremos fazer ciência? Por que defendemos o desenvolvimento científico & tecnológico da área? Por que queremos investimentos, financiamento, pesquisadores, pesquisas matriciais, laboratórios,

---

<sup>6</sup> Fragmento retirado do texto *A propósito da regulamentação da Lei de Inovação Tecnológica* - Novembro 2005: CIÊNCIA & TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: POR QUEM OS SINOS DOBRAM?

redes, intercâmbios nacionais e internacionais, programas para a graduação e pós-graduação, formação continuada, difusão do conhecimento científico da área. O que reconhecemos como a “fronteira do conhecimento da área”? O que consideramos necessidade vital em termos de pesquisa para indicarmos o que deve ser prioridade para ser investigado?

## **O PLANO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E O QUE PROPOMOS**

...A terceira fase, potencialmente a mais mortal, do imperialismo hegemônico global, que corresponde à profunda crise estrutural do sistema do capital no plano militar e político, não nos deixa espaço para tranquilidade ou certeza. Pelo contrário, lança uma nuvem escura sobre o futuro, caso os desafios históricos postos diante do movimento socialista não sejam enfrentados com sucesso enquanto ainda há tempo. Por isso, o século à nossa frente será o século do “socialismo ou barbárie”. ( MÉSZÁROS, István. O século XXI: socialismo ou barbárie?. São Paulo, Boitempo, 2003, p. 13).

Vamos destacar o que contem o PLANO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO. A comissão mista CAPES/CNPq para o desenvolvimento da pós-graduação e da ciência e tecnologia no Brasil, afirmou em relatório técnico recentemente distribuído que o Sistema Nacional de Pós Graduação é uma das realidades mais bem sucedidas da educação brasileira pois mantém relações com o sistema educativo brasileiro como um todo, com as exigências da soberania nacional no que diz respeito à ciência e à tecnologia, e com as prioridades nacionais, sobretudo aquelas que permitem alimentar as expectativas de construção de uma sociedade para além do capital.

Nos encontramos neste momento frente a um novo Plano Nacional de Pós-Graduação – o V PNPG – para o período 2005-2010. Portanto, é o momento propício para rever o que foi realizado, definir metas a serem alcançadas, formular prioridades, estabelecer as coordenadas que presidirão as políticas nacionais na área e, quando necessário, realizar eventuais ajustes no sistema.

É neste momento histórico em que as políticas sociais continuam em déficit com as necessidades da nação brasileira, em que se aprofundam políticas neoliberais de cunho focalista, compensatórias e assistencialistas, que nos propomos a, enquanto entidade científica, defender uma Política Nacional de desenvolvimento Científico e Tecnológico para a área. Momento em que a CAPES discute a Pós-Graduação Brasileira<sup>7</sup>. Momento em que os especialistas apresentam estudos sobre tópicos que, na perspectiva da Agência, resumem pontos fundamentais para uma discussão nacional sobre o PNPG.

Os tópicos em discussão na CAPES são os seguintes:

1. Pós-graduação e pesquisa.
2. Avaliando a avaliação da CAPES: problemas e alternativas.
3. Graduação e pós-graduação em ciências humanas no Brasil: desafios e perspectivas.
4. Expansão da pós-graduação: crescimento das áreas e desequilíbrio regional;
5. O financiamento da pós-graduação no Brasil: algumas questões.
6. Relação entre pós-graduação e graduação: a pós-graduação no contexto histórico educacional.
7. Formação de recursos humanos, pesquisa, desenvolvimento e o mercado de trabalho.
8. Evolução das formas de organização da pós-graduação brasileira.
9. Expansão da pós-graduação, crescimento das áreas e desequilíbrio regional.
10. Capacitação docente: o lado escuro da pós-graduação.
11. Formação de pessoal pós-graduado e pesquisa no Brasil.

Do longo e exaustivo debate nacional vamos destacar os três grandes eixos de questões para a reflexão apontados pelos especialistas: o primeiro, formulado a partir dos dados da CAPES, afirma o crescimento significativo do sistema de pós-graduação no país nos últimos 30 anos, mas também o desequilíbrio de sua distribuição. O segundo refere-se à insuficiência no atendimento do que é denominado de “fronteiras da pesquisa”. O terceiro esboça a necessidade de suprir áreas significativas para o desenvolvimento do país e ainda insuficientemente contempladas pelo sistema.

---

<sup>7</sup> - CAPES. *Discussão da Pós-Graduação Brasileira*. Brasília: CAPES/MEC, 1996.

Além desses três eixos são destacados ainda: a necessidade de que o sistema, para além de formar quadros para a academia e a pesquisa, atenda “ao meio profissional” e a urgência de uma reflexão sobre o tempo de titulação dos pós-graduandos e da identificação precoce de talentos científicos. As análises dos especialistas apontam também para a necessidade do estabelecimento de uma política de pós-graduação socialmente relevante e que possa disseminar o acesso a esse nível de formação, garantindo padrões científicos em patamares adequados à maturação acadêmica alcançada pelas áreas em questão.

O que se deve buscar é a articulação com um PNPG que desenvolva uma política de governo para o ensino e a pesquisa que integre ações de agências e ministérios em nível federal, bem como de secretarias e fundações em nível estadual<sup>8</sup>.

É consenso no debate nacional que a institucionalização da pós-graduação brasileira trouxe benefícios inquestionáveis ao desenvolvimento da C&T e do país; permitiu um crescimento significativo do contingente de recursos humanos qualificados (Mestres, Doutores e Pós-Doutores); estimulou e disseminou o estabelecimento de processos de acompanhamento e avaliação de programas educacionais com alta qualidade; contribuiu para a produção de conhecimento e a formação de grupos e individualidades de capacidade científica reconhecida nacional e internacionalmente; potenciou e beneficiou-se de uma relação profícua com a graduação; contribuiu para o encaminhamento e a solução de problemas urgentes para a população brasileira; permitiu o essencial desenvolvimento da pesquisa básica; qualificou acadêmica e cientificamente o Brasil no cenário internacional; incentivou o intercâmbio intra e internacional; favoreceu a criação de tecnologia de ponta para o setor produtivo; favoreceu a experimentação e a criatividade; enriqueceu o pensamento social brasileiro bem como a reflexão qualificada e conseguiu pequenos e grandes triunfos que fazem do sistema nacional de pós-graduação uma experiência bem sucedida.

Ainda, segundo a CAPES a pós-graduação no Brasil vem avançando de um caráter predominantemente disciplinar para uma abertura interdisciplinar e multidisciplinar, de uma identidade uni-institucional para a possibilidade de experiências pluri-institucional, de uma terminalidade voltada unicamente para o universo acadêmico para a inclusão da formação de profissionais altamente especializados e destinados a outros setores, como por

---

<sup>8</sup> - Dilemburg, Darcy. *Resumo Executivo*. idem. p. 16 a 18.

exemplo, as escolas da rede pública, os movimentos sociais, as políticas públicas e outros campos de trabalho em expansão. Cabe aqui a discussão sobre a alocação da área nas agências CAPES E CNPq. Quanto a questão da inadequação da árvore do conhecimento a CAPES propõe a revisão das áreas tendo em vista a emergência de novos campos de conhecimento, a interdisciplinaridade e as lacunas identificadas. Propõe também a criação de redes nacionais e internacionais; incentivo às bolsas “sanduíche” para avançar na inserção internacional da pós-graduação brasileira.

Este embate continuará e dependerá da correlação de forças relacionadas a interesses vinculados a determinados projetos históricos. Uma coisa é a busca de talentos, recordes, excelência, produtividade, lucros a qualquer custo, ilusões, mercados consumidores. Outra é, a busca da humanização, da defesa da vida, da terra, do planeta, da beleza estética e ética, da universalização, da democratização. Este embate não cessará independente do local onde estivermos alocados enquanto área científica.

O que vale destacar é que necessitamos superar três problemas: Primeiro que a raiz de tudo é epistemológica. Não é não, ela reside na economia política; segundo que nos falta um objeto, não é não, existe sim uma ciência. É a história e ela demonstra como podemos nos relacionar com problemas concretos da existência humana que garantam a vida; terceiro que tudo é uma questão de método.

Como ressalta Miriam Limoeiro Cardoso<sup>9</sup>:

Realizando sua pesquisa, o cientista se ampara em teorias, que, no confronto com o mundo que lhes concerne dão indicações, mostram lacunas e encaminham hipóteses. Como problematizar? Quais as formulações mais adequadas da investigação? Que caminhos seguir? São os problemas concretos como que o pesquisador se defronta. Pode-se aceitar a comodidade da tentativa de tratar estes aspectos num grau de abstração tal que permita uma formalização capaz de universalizar perguntas e respostas. Findo o esforço, a tranqüilidade de estar diante de um conjunto de preceitos que, sem atentar para investigadores particulares, nem para áreas específicas, nem para problemas concretos, tragam a garantia de um trabalho fecundo. Acredito necessário estar com a ciência de hoje e duvidar desta tranqüilidade. É preferível refletir. E colocar-se na posição de um cientista concreto frente a dificuldades tanto mais complexas quanto mais concretas.(LIMOEIRO. O Mito do Método. p. 4).

---

<sup>9</sup> Estamos fazendo referência a um texto de Miriam Limoeiro Cardoso apresentado no Seminário de Metodologia Estatística realizado na PUC do Rio de Janeiro.

Quanto às disparidades regionais a área da educação física, lamentavelmente, em seu desenvolvimento na pós-graduação, está restrita ao sul e sudeste do país. Desenvolve-se com base em modelos que tem suas raízes em modelos questionáveis pelas concepções que veiculam.

Como neste momento a pós-graduação nacional é objeto de um re-pensar constante de seus objetivos e de sua participação cada vez mais relevante no desenvolvimento científico, cultural, social e econômico do país é o momento propício para pensar a área da educação física e sua inserção em um plano nacional de desenvolvimento soberano.

Ainda segundo CAPES, existe um paradoxo que precisa ser superado. A pós-graduação trouxe benefícios à comunidade acadêmica e científica que dela participa, mas por outro lado, ela não foi capaz de construir canais que potencializassem e estimulassem o desenvolvimento paralelo de outras instâncias e níveis educacionais. O desempenho do Brasil no que diz respeito a consolidar uma base do sistema científico & tecnológico que é baseado no sistema educacional, ainda está muito distante de se materializar.

Desenvolve-se a pós, centrada no sul e sudeste, formam-se mestres e doutores, publicam-se livros e artigos altamente especializados, e no nordeste, em especial, mas, no Brasil como um todo, mostram-se indicadores internos e externos da educação nacional com resultados alarmantes. O nordeste não tem programa de pós-graduação em educação física, o que não inviabilizou a formação de mestres e doutores. Deve-se, no entanto, levar em conta os esforços, por exemplo, das universidades do nordeste, principalmente as públicas – Federais e Estaduais para formarem mestres e doutores em Educação Física. Exemplos são encontrados na UFPE, UFBA, UFRN, UFPB.

No entanto, o problema central está no desastre da educação expresso no fato de que 56% dos alunos que concluem o primeiro segmento do ensino fundamental não conseguem fazer as quatro operações e não entendem o significado de textos simples após sua leitura. Da mesma forma na área da cultura corporal nada ou muito pouco sabem do movimentar-se humano, dos cuidados corporais e das possibilidades de treino corporal.

É preciso superar o paradoxo. Neste sentido os especialistas apontam o seguinte: O modelo onde cinco ou mais docentes com título de doutor trabalham em linhas de pesquisa próximas, constituindo o núcleo de um programa que, na dependência da excelência dos doutores que o compõem, qualifica o curso para mestrado ou doutorado,

continua válido. Tanto as teses de doutorado como as dissertações de mestrado devem ser baseadas em pesquisa original e devem constituir-se em marcos na trajetória que permite a construção da autonomia intelectual e acadêmica de seus autores. É necessário preservar criativamente o que já está consolidado, garantir a qualidade acadêmica do que é feito sem necessariamente limitar-se à repetição do que sempre foi feito e ter coragem e incentivos para enfrentar o novo e criativo, em especial aqueles que rompem com a matriz disciplinar, operem em redes inter-institucionais e relativizem a fórmula forçosamente sequencial. É preciso expandir o sistema permitindo sua flexibilidade. É necessário analisar a situação do programa e apontar na direção daquilo que nos falta, quer em termos do próprio avanço do conhecimento quer em termos das grandes questões nacionais ou regionais. A expansão, necessária, não pode deixar de enfrentar essas questões. O enfrentamento dos grandes temas nacionais e regionais nem sempre fazem parte da agenda dos agentes e agências implicados na pós-graduação. Atender a vocações específicas das várias IESs, programas e grupos de pesquisadores é imprescindível.

A possibilidade de definir novas prioridades estratégicas tendo em vista a solução de problemas em áreas do conhecimento que, mesmo após 30 anos, ainda não respondem às necessidades do país e que podem ser estratégicas para o desenvolvimento da região no contexto nacional é um desafio principalmente para os que se encontram fora do eixo sul, sudeste. A possibilidade de estruturação de programas multidisciplinares centrados em questões científicas, paralelamente àqueles definidos por disciplinas acadêmicas, áreas e sub-áreas de conhecimento, o que supõe a construção de mecanismos de avaliação igualmente flexíveis para esses programas e facilitar consórcios, grupos, programas e atividades inter-institucionais e desenvolver uma política que deixe claro que não será unicamente o critério de unidade acadêmica que servirá como base para o cálculo do apoio financeiro são medidas apontadas pela CAPES para superar paradoxos e que a Educação Física deve estar atenta.

Somente para exemplificar, podemos mencionar o caso da UFPE e da UFBA que abrigaram em seus programas um grupo de pesquisa – LEODEFE/UFPE, posteriormente, LEPPEL/FACED/UFBA – que é responsável pela orientação na produção de 37% do conhecimento científico gerado no nordeste do Brasil na área da educação física, considerando os Estados de Pernambuco, Alagoas, Sergipe e a Bahia.



A CAPES aponta para fortalecer os programas regionais existentes e estimular os projetos multi-regionais (ou nacionais) e intra-regionais e a valorização da capacidade de resposta aos desafios de sua situação concreta (maturidade do programa, regionalidade, origem e destino do alunado, etc...).

A CAPES ao fazer referência a Regionalização chama a atenção para a necessidade de se contemplar diferenças e especificidades regionais<sup>10</sup>. Este é o caso da educação física no nordeste do Brasil.

No que diz respeito a interdisciplinaridade a CAPES avalia como positivas as experiências e propostas interdisciplinares e multidisciplinares por viabilizarem e incentivarem o debate conceitual e a explicitação das diferentes concepções sobre a interdisciplinaridade e a multidisciplinaridade de forma a adensar a reflexão sobre o trabalho científico interdisciplinar e multidisciplinar. Quanto a legitimidade social destaca a CAPES a necessidade da formação de cientistas capazes de autonomia intelectual, de respostas às necessidades do país e de seu tempo, de produção científica de qualidade, de contribuição no cenário científico nacional e de integração na comunidade científica. Neste contexto é preciso aumentar a inserção da pós-graduação como agente efetivo de desenvolvimento econômico, social e cultural do país. Isto nos indica que devemos persistir na construção de um *campo autônomo* conforme destaca Bracht<sup>11</sup>, pois somos movidos, sim, “*por uma lógica interna própria, que está historicamente determinada e por isto a área esteve muito sujeita ou susceptível a diferentes instrumentalizações que lhe conferiram então diferentes características ou acentuaram, sobre uma base mais permanente, determinadas características (influência da instituição militar, da instituição esportiva)*”. Hoje, no entanto, o reconhecimento da complexidade das problemáticas científicas, as alterações na organização do processo do trabalho científico nos indicam novas possibilidades. Temos acordo com Bracht quando este reconhece que não podemos ser enquadrados em classificações rígidas que apresentem pouca sensibilidade para essa diversidade e fluidez, exercendo um papel coercitivo e normativo, muitas vezes prejudicial, no desenvolvimento da área. É necessário sim, que se admita a perspectiva interdisciplinar

---

<sup>10</sup> Ver por exemplo, *Reflexões sobre os investimentos em pesquisa e pós-graduação*, por Flávio Bortolozzi, Op. Cit. p. 132.

<sup>11</sup> Estamos nos referindo ao texto apresentado por Bracht para o debate no Fórum do CBCE para definir a política científica da área – Agosto 2006.

também na hora do julgamento de processos para alocação de recursos para a ciência – solicitações de financiamento para a pesquisa.

Reconhecemos aqui que tendo a ciência uma história, é importante aprendermos com ela. Assim como ela mostra a falência, ela também indica a fecundidade. A cada momento do desenvolvimento científico, de acordo com o grau de desenvolvimento das forças produtivas relacionadas a ciência será possível um dado desenvolvimento. A ciência não é mera sistemática, não é simples classificação, não é somente método. Os novos momentos de desenvolvimento científico além de se acumularem em continuidade com os momentos anteriores ela é também a novidade e exige descontinuidade nessa acumulação. Como destaca Limoeiro, *“permanece lícito falar em cumulatividade desde que o novo aqui não se constrói por mera oposição ao antigo, mas o mantém, limitando-o, e o ultrapassa, acrescentando-se a ele. Assim é que o nível é cada vez mais alto”*.

Quanto a internacionalização a CAPES indica que esta inserção deve ser buscada tanto do país para o exterior como do exterior para o país, e se refere aos docentes e pesquisadores bem como ao corpo discente. Destacam-se ainda, nas reflexões dos especialistas a questão da integração entre pós-graduação e graduação, a iniciação científica e programa especial de treinamento como programas articuladores entre a pós-graduação e a graduação.

No que diz respeito as desigualdades regionais os especialistas apontam a alta concentração na região sudeste, inclusive dos cursos com os mais altos conceitos e os desequilíbrios intra-regionais, o descompasso entre os Estados que integram cada região e a concentração nas metrópoles. Quanto aos desequilíbrios entre as áreas, a CAPES aponta o número de programas por área, o ritmo de expansão, o diferente estado de desenvolvimento entre as áreas. A CAPES recomenda ainda a revisão das relações entre pós-graduação e a graduação, ajustar o sistema de avaliação ao conjunto de diretrizes fixadas para o desenvolvimento da pós-graduação, valorizar o intercâmbio interinstitucional, estimular o cumprimento dos planos de desenvolvimento da pós-graduação, integração das agências federais/estaduais/regionais e valorização dos projetos regionais. As indicações da CAPES ao Desequilíbrio tanto em termos regionais como intra-regionais (capitais versus interior) e em termos de sub-áreas temáticas são indicadas:

- ✓ Indução, através de fomento, para as áreas ou sub-áreas de conhecimento não cobertas pelos programas existentes;
- ✓ Acordos multi-institucionais para cursos novos em áreas carentes;
- ✓ Descentralização e interiorização, preservada a qualidade;
- ✓ Programas de mobilidade docente voltados para recém-doutores e aposentados;
- ✓ Estímulo a parcerias com os governos estaduais para a ação em áreas estratégicas;
- ✓ Apoio a programas regionais e redes de pesquisa, com bolsas de valores diferenciados para atrair jovens doutores e pós-doutores para regiões que necessitam atenção especial, complementadas com uma política de contratações;

A partir da consideração das discussões dos especialistas em torno da pós-graduação no Brasil, vamos nos ater agora a história da educação física e da criação dos programas da área para então apresentar os critérios para uma política de ciência e tecnologia para a área da Educação Física com ênfase na integração graduação-pós-graduação, ensino-pesquisa, instituições de pesquisa – sociedade.

### **A PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

Segundo Rossana Valéria de Souza e Silva<sup>12</sup> os primeiros mestrados em Educação Física no Brasil foram criados no período de vigência do Primeiro Plano Nacional de Pós-Graduação. Já em 1975, ano da aprovação do I PNPG, o Departamento de Educação Física e Desportos (DED/MEC) instituiu oficialmente, através da Portaria 168/75, o Grupo de Consultoria Externa (GCE), com o intuito de analisar a situação do ensino em Educação Física e propor medidas com vistas à implantação da pós-graduação nessa área. O grupo era composto de representantes de diversas universidades brasileiras<sup>13</sup>.

---

<sup>12</sup> Rossana Valéria de Souza e Silva defendeu dissertação de mestrado e tese de doutorado analisando a pós-graduação e sua produção de conhecimentos. Atualmente professora Valéria dirige o NUTES localizado na UFU.

<sup>13</sup> Fizeram parte da primeira e segunda reuniões do Grupo de Consultoria Externa (GCE) representantes das seguintes instituições: USP; UFRJ; UFSM; UFMG; UNB; UFRN; UFPE; UFAL; UFES; UEL; UEMT; ESEF/SC; ESEF/GO. Também participaram representantes do DAVE e da

O relatório do grupo destacou que com a aprovação do Plano Nacional de Pós-Graduação No Brasil a “Educação Física e Desporto recebeu um instrumento legal que lhe permitirá a elevação do nível intelectual dos professores de seus cursos de licenciatura, trazendo como resultados um ensino mais eficaz e melhores condições para as escolas em geral”. (BRASIL, 1975). Esta afirmação, no entanto, não foi válida para o nordeste do Brasil e aproximadamente 30 anos depois continua não sendo válida. Os objetivos para a pós-graduação expressos no Relatório estavam consoantes com os apresentados no PNPG e expunha a intenção de nivelar a Educação Física a outras áreas do conhecimento. Dizia o documento da educação física que eram objetivos da pós-graduação “Formar docentes para o magistério superior capazes de projetar a Educação Física ao nível do acultramento já alcançado em outras áreas”; “Atender à demanda do mercado de trabalho nas Instituições de Ensino Superior”; “Formar pesquisadores em Educação Física e incentivar seu aproveitamento conforme a política desenvolvimentista nacional”. (BRASIL, 1975). O que se buscava era o alto padrão de desempenho, a excelência. A estratégia exposta indicava que “o alto padrão de desempenho só será atingido com a constituição de “Grupos de excelência” elementos geradores do “sistema” na fase inicial de “implementação”.<sup>14</sup> Nessa defesa de formação de Grupos de Excelência, percebe-se a mesma concepção que vinha norteando a política de pós-graduação em nível nacional, qual seja, entender este nível de ensino como o lugar reservado aos mais aptos, tanto individual quanto institucionalmente. Em tal política não cabiam os grupos do nordeste do Brasil e assim passaram-se trinta anos com a acentuação das desigualdades. Vale destacar que tal política ainda está em curso, visível no Ministério do Esporte, no incentivo aos Centros de Excelência e no CNPq considerando a prioridade na distribuição de recursos para pesquisa, concentrados no Sul e Sudeste do Brasil.

Destacamos ainda o colonialismo científico como algo a ser superado na pós-graduação. A implantação do modelo norte americano levou, em diversas áreas do conhecimento, a um processo de dependência de pessoal e das instituições americanas para

---

CAPES. A primeira reunião foi realizada no período de 28/07 a 01/08 de 1975 e a segunda no período de 04 a 06 de agosto de 1975.

<sup>14</sup> BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Departamento de Educação Física e Desporto. Grupo de Consultoria Externa. **Modelo de Pós-graduação em Educação Física e Estratégia de Implantação** (documento para discussão), 1975, p. 1.

a formação dos profissionais em nível nacional, o que viabilizou a transferência de tecnologia e compra de equipamentos, laboratórios e matéria-prima para pesquisas, através da realização de convênios. Tais fatos retratam tanto o caráter expansionista, tradicional da política norte-americana, quanto as alianças dos governantes nacionais com esses interesses expansionistas. Não se trata apenas da transferência de um modelo de estrutura organizacional, mas também de uma concepção de ciência, sustentada por um entendimento de realidade, por uma visão de mundo. E, no caso específico da pós-graduação em Educação Física, de uma concepção de Esportes e de Educação Física.

Os três primeiros programas de mestrado em Educação Física no Brasil foram criados na Universidade de São Paulo (1977)<sup>1</sup>, na Universidade Federal de Santa Maria (1979) e na Universidade Federal do Rio de Janeiro (1980) com forte influência dos estados Unidos. Estes programas não apresentavam novidades, uma vez que foram estruturados a partir de objetivos semelhantes àqueles expostos para a pós-graduação em geral. No entanto, dois deles UFSM e UFRJ foram extintos considerando que não respondiam a critérios mínimos indispensáveis a um programa de pós-graduação. As lições advindas de tais processos devem ser levadas em conta.

Ressaltamos a necessidade de uma radical avaliação de tais influências para que a política que almejamos não esteja enraizada em concepções ligadas as tradicionais concepções que fundaram a pós-graduação em educação física no Brasil, em decorrência do modelo adotado, da dependência e falta de autonomia científica.

O momento atual apresenta condições objetivas para, com base na avaliação dos trinta anos da pós-graduação em educação física no Brasil, seja possível levantar proposições superadoras. Uma delas é que o desenvolvimento teórico da área e a formação de professores pesquisadores em programas de pós-graduação se dê com base em tais avaliações e em programa já consolidado para que não se perca a qualidade acadêmica e científica da pós-graduação e se busque superar problemas e limites que restringem a qualidade acadêmica da pós-graduação.

Quanto a divulgação da ciência, defendemos que devem ser potencializadas as alternativas postas com a utilização de novas tecnologias, mantendo-se o rigor e as exigências de periódicos científicos. As publicações a serem consideradas, avaliadas

devem ter possibilidades de inserção internacional, quanto de difusão ampla e irrestrita local, nacional e regional.

Manter um periódico em circulação durante anos, defender parâmetros teórico-metodológicos reflexivos críticos, veicular o conhecimento científico, chegar onde este conhecimento é socialmente útil representa, no Brasil, um desafio enorme e uma demonstração de tenacidade muito grande. Significa enfrentar três problemas que estão inviabilizando as publicações: o poder aquisitivo dos trabalhadores que vem se deteriorando paulatinamente, o que pode ser verificado nas pautas de reivindicações salariais; os baixos e insuficientes investimentos em ciência & tecnologia e ainda; a capacidade de produção dos pesquisadores e de suas instituições de pesquisa, principalmente as públicas severamente atingidas pelo processo de desmonte do Estado, privatizações e destruição dos serviços públicos.

A redução de aproximadamente 58%<sup>15</sup> dos investimentos em educação superior nos últimos anos e a redução de 56% nos recursos para investimentos na área de Ciência & Tecnologia, a extinção, fusão ou não criação de órgãos/secretarias de fomento e amparo à pesquisa nos Estados Brasileiros, os recursos não repassados, contingenciados e não disponibilizados em montantes suficientes para atender demanda nacional junto a CAPES e CNPq, são evidências de uma política destruidora. O Brasil está em desvantagem nas relações internacionais do trabalho considerando os parâmetros Educação e Ciência & Tecnologia.

Portanto, é necessário que se reconheçam características próprias da área e se considere a autonomia da área para fixar, dentro da grande área de Saúde e/ou da grande área das Ciências Humanas, critérios próprios para qualificar seus periódicos e seus meios de difusão do conhecimento científico.

No que se refere a pós-graduação estamos atentos, portanto, para as recomendações da Comissão de Avaliação da CAPES que aponta para os seguintes critérios gerais que balizam a análise dos programas de pós-graduação no Brasil:

1. A relevância social da produção do conhecimento científico na área da Educação Física, admitindo-se que existem muitas coisas produzidas de baixíssima relevância social.

---

<sup>15</sup> O IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, realizou um estudo sobre os gastos da União com Educação no período de oito anos (1996-2003) e constatou os prejuízos causados pelo corte em investimentos públicos com educação. (Folha de São Paulo, 06/08/2004).

2. A organicidade entre graduação e pós-graduação, as áreas de concentração, as linhas de pesquisa e os grupos. Esta organicidade deve se evidenciar com consistência e a coerência nos projetos de pesquisa, publicações de docentes e discentes, atividades curriculares, monografias, dissertações, teses e demais produções científicas. Organicidade expressa, também, nas relações entre ensino-pesquisa, fundamental para a formação de jovens cientistas. Organicidade reconhecida entre Universidade-Sociedade, para que os investimentos na produção do conhecimento não se reduzam a investigações para mercados consumidores desumanizantes. Organicidade entre as esferas nacional, federal, estadual e municipal vez que o desenvolvimento científico & tecnológico depende de interações e de pactos em tais esferas.

3. As áreas de concentração que delimitarão e orientarão de maneira clara o perfil de formação proposta pelo programa e por ele oferecida e conseqüentemente as Linhas e Grupos de Pesquisa;

4. A produção intelectual docente e discente, teses, dissertações, monografias, expressem e concretizem os projetos da linha de pesquisa articulados em uma pesquisa matricial da Linha, com seus Grupos de Pesquisa devidamente cadastrados no Banco de dados do grupo de pesquisa do CNPq, devidamente certificado pela instituição e devidamente financiados, com explicitação de critérios, definição de prioridades que considerem as avaliações da área e as prioridades nacionais e regionais, enfrentando-se com determinação os problemas regionais e nacionais.

Por fim, não nos basta defender uma política científica para a área de educação física com ênfase na pós-graduação. Defendemos mais que isto conforme explicitamos neste documento. O que almejamos é que, apesar de nossa desvantagem regional, que já nos penaliza nos financiamentos e na distribuição de alocação de cientistas e professores, sejam contemplados nos nossos encaminhamentos.

Defendemos, portanto, que o CBCE assuma sua função e seu papel de entidade científica, articuladora de posições avançadas, com base na reflexão, em articular as forças e defender o que a comunidade está a indicar como elementos para uma política de desenvolvimento científico da Educação Física. Voltamos a ressaltar, tarefa esta que não se faz só, mas, sim, ampliando frentes de ação com outras entidades científicas e movimentos

de luta, vez que, existem pontos que unificam, como por exemplo, o da definição de uma política que considere a necessidade do financiamento público, que combata o emprego de verbas públicas para fins lucrativos da iniciativa privada, que avance na superação das disparidades regionais e não condenem regiões a ignorância e a miséria econômica, intelectual e social, que avance na construção e consolidação de um consistente lastro nacional de ciência & tecnologia que somente será possível com base em um sólido e qualitativo sistema de educação básica, uma sólida formação de professores e investimentos maciços em pesquisa. Financiamento público, escolas, formação de professores, inicial e continuada na pós-graduação, socialização do conhecimento – publicações, eventos-, fomento a pesquisa – grupos, redes, intercâmbio nacional e internacional, infra-estrutura, são imprescindíveis a qualquer área. Não é possível que a comunidade científica deixe somente para o Movimento Estudantil defender a educação pública no Brasil e enfrentar entidades corporativas que defendem reserva de mercado como CONFEF/CREFE.

A Educação Física necessita, também, comunidades científicas, problemáticas relevantes e vitais a serem pesquisadas, pesquisadores preparados, investimentos e financiamento, órgão de publicação e divulgação, respostas de conjunto aos problemas científicos da área e fundamentalmente, a difusão e massificação do conhecimento científico para fazer face a ignorância e a miséria intelectual em que vivemos. Mas fundamentalmente de um projeto – o guia geral que esclarece e encaminha as idéias, levando em consideração a experiência anterior (história da ciência).

A preocupação não é somente e predominantemente o que realizar para, em qualquer tempo e lugar, ou mesmo hoje e aqui, estar fazendo ciência; nem somente a gênese do conhecimento – mas a invenção, a descoberta, a inovação, ou seja, a necessária *transformação correlativa do homem e das coisas, a transformação do modo de produção para assegurarmos a vida na terra*. E isso depende de elementos muito mais complexos do que um mero conjunto de normas. Depende de sólida formação teórica, de abertura metodológica, de rigor e de vontade e determinação política, quase que num sentido de necessidade imperiosa, vital, de conseguir o mais avançado. Por fim, ainda na defesa da política científica mais avançada, segundo Miriam Limoeiro Cardoso

Fazendo-se a ciência, a renovação é permanente: da teoria, do método, da técnica, do objeto. Pensando a ciência no tempo, olhando



os grandes momentos de que se compõem, concluímos que as autênticas revoluções que os constituem não se dão por pura continuidade com a teoria, o método, a técnica e o objeto anterior, nem por algum processo que nada tenha a ver com eles (como uma geração espontânea). Dão-se por meio de uma forma específica de negação da sua própria base, do seu próprio ponto de partida. Isto é, o desenvolvimento do conjunto teórico anterior é condição para a novidade que o conjunto atual possa construir. O Conhecimento nunca parte do vazio, do total desconhecimento. Toda investigação supõe um projeto, um corpo teórico que lhe dá forma, orientação e significado e que é muito mais do que meramente um “quadro de referência teórico.” (LIMOEIRO. O Mito do Método. p. 18).

A crítica radical ao modo como a ciência em geral, e em especial a Ciência do Esporte se desenvolve no capitalismo é o ponto de partida para atingirmos, pela crítica à práxis da humanidade na sua totalidade, um outro patamar de vida para a humanidade.

Na esfera da relação fundamental que o homem mantém com a natureza - o trabalho - aborda-se a práxis como uma atividade real, material, adequada a finalidades, desenvolvida em circunstâncias dadas e transmitidas pelo passado. Considera-se a práxis o fundamento do conhecimento, pois o homem só conhece o que é objeto ou produto de sua atividade e só o conhece porque atua praticamente. É nessa ação prática sobre as coisas que se constroem as teorias e que se demonstra se nosso conhecimento é verdadeiro ou não.

Dito de outra forma, os homens constroem a sua história e elaboram conhecimento dentro de certas possibilidades e limites estabelecidos pelo marco do modo como se produz e reproduz a vida. As possibilidades de essência de superar o modo do capital produzir e se apropriar da ciência em geral e em especial a Ciência do Esporte não estão definitivamente colocadas. Nos cabe construir as condições objetivas para tal. Por isto defendemos a presente proposta para o desenvolvimento científico e tecnológica da Educação Física no Brasil.

- ALBUQUERQUE, Joelma de Oliveira. **Ciência e Educação Física no discurso dos pesquisadores do nordeste brasileiro**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Alagoas: Maceió, 2004.
- ANDERY, Maria Amália Pie Abib. **Para compreender a Ciência: Uma perspectiva histórica**. 10º Ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/São Paulo: EDUC, 2001.
- ANDRE, Marli. **A pesquisa sobre formação de professores no Brasil – 1990-1998**. In: LINHARES, Célia Frazão et al. *Ensinar e Aprender: sujeitos, saberes e pesquisa*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do Mundo do Trabalho**. 5ª ed - São Paulo: Cortez, 1998.
- NETO, Amarílio Ferreira, GOELLNER, Silvana Vilodre & BRACHT, Valter. (orgs.) **As Ciências do esporte no Brasil**. Campinas-SP: Autores Associados, 1995.
- BRACHT, Valter. **Educação Física e Ciência: cenas de um casamento (in)feliz**. 2ªed. Rio Grande do Sul: Ijuí, 2003.
- BRACHT, Valter & CRISÓRIO, Ricardo (orgs.) **Educação Física no Brasil e na Argentina: Identidade, desafios e perspectivas**. Campinas, SP: Autores Associados; Rio de Janeiro: PROSUL, 2003.
- CARDOSO, Miriam Limoeiro. *O Mito do Método*. Associação dos Geógrafos Brasileiros (Org). Boletim Carioca de Geografia (Ano XXV). Rio de Janeiro, 1976.r
- CASTELLANI FILHO, Lino. **Política Educacional e Educação Física**. Campinas, SP: Autores Associados, 1998. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo).
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 1995.
- CHAVES, Márcia Ferreira. **A produção do conhecimento em Educação Física nos Estados do Nordeste (Alagoas, Bahia, Pernambuco e Sergipe): balanço e perspectivas - 1982-2004**. Universidade Federal da Bahia. (Tese de Pós-doutoramento). 2005.
- CHEPTULIN, Alexandre. **A dialética Materialista Histórica: categorias e leis da dialética**. São Paulo. Alfa-Omega. 1982.
- CIAVATA, Maria. **O Conhecimento Histórico e o problema teórico-metodológico das mediações**. In: FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATA, Maria. (orgs). *Teoria e Educação no mundo do capital*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- COGGIOLA, O. **A propósito da regulamentação da Lei de Inovação Tecnológica: ciência & tecnologia e desenvolvimento econômico: por quem os sinos dobram?** E-mail. Acesso: Novembro 2005.
- COGGIOLA, Osvaldo & KATZ, Cláudio. **Neoliberalismo ou crise do capital?** São Paulo: Xamã, 1996.
- COMBESSIE, J. C.; SANCHEZ GAMBOA, S. A., et al. **Investigación e innovación educativa**. (Co-autor), Santafé de Bogotá, Cooperativa Editorial Magistério, 1998.
- DE TOMMASI, Livia; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sérgio (org) **O Banco Mundial e as políticas públicas educacionais**. São Paulo: Cortez Editora, 1996.
- ENGELS, Frederic. **Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico**. São Paulo: Editora Moraes, s/d.
- ENGELS, Frederic. **O Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem**. 4ª ed. São Paulo: Global, 1990.
- ESCOBAR, Micheli Ortega & TAFFAREL, Celi Nelza Zülke. **Cultura Corporal e os dualismos necessários à ordem do capital**. Rascunho digital. [www.faced.ufba/rascunhodigital](http://www.faced.ufba/rascunhodigital).

- FARIAS JUNIOR, Alfredo Gomes de & FARINATTI, Paulo de Tarso (orgs.) **Pesquisa e Produção do Conhecimento em Educação Física**: livro do ano 1991. SBDEF, Sociedade brasileira para o Desenvolvimento da Educação Física. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1992.
- FOSTER; John Bellamy. **A ecologia de Marx: Materialismo e natureza**. Tradução de Maria Tereza Machado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FREITAS, Luiz Carlos de. **Crítica da Organização do Trabalho Pedagógico**. Campinas: Papirus, 1995.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional**. In: FAZENDA, Ivani. (org.). Metodologia da Pesquisa Educacional. São Paulo: Cortez, 1989.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito**. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século. (Org.). Petrópolis, RJ: vozes, 1998.
- GENTILI, Pablo. **Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora**. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século. (Org.). Petrópolis, RJ: vozes, 1998.
- GOLDMANN, Lucien. **Ciências Humanas e Filosofia: que é sociologia?**. S/L. Ed. Bertland Brasil, 1979. 12ªed.
- GOLDMANN, Lucien. **Epistemologia e Filosofia Política**. S/L. Editorial Presença, 1980.
- GRAMSCI, A. **Concepção Dialética da História**. 3ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- HOBSBAWM, E. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LÖWY, Michael. **Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista**. São Paulo: Cortez, 1998.
- LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval. (Orgs). **Marxismo e Educação: debates contemporâneos**. Campinas, SP: Autores Associados; Histedbr, 2005.
- LENINE. V. I. **Materialismo e empiriocriticismo: notas críticas sobre uma filosofia reacionária**. Lisboa: Avante, 1982.
- LENIN, V. I. **As tarefas dos social-democratas russos**. São Paulo: Seara Vermelha, 1995.
- KOPNIN, Pavel Vassílyevitch. **A dialética como lógica e teoria do conhecimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- KUENZER, Acácia Zeneida. **Desafios Teórico-metodológicos da relação trabalho-educação e o papel social da escola**. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século. (Org.). Petrópolis, RJ: vozes, 1998.
- KUHN, Tomas. **A estrutura das revoluções Científicas**. São Paulo, Editora Perspectiva, 1995. (p.67-77).
- LESSA, Sérgio. **Mundo dos Homens: Trabalho e Ser Social**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- \_\_\_\_\_. **A ontologia de Lukács**. Maceió: EdUFAL, 1997.
- MARX & ENGELS. **História**. Florestan Fernandes (Org.). São Paulo, Ática, 1989.
- MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2004.
- \_\_\_\_\_. **O Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- \_\_\_\_\_. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Edições Mandacaru, 1990.
- \_\_\_\_\_. **Formações Econômicas Pré-Capitalistas**. 5ªed. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

- MARX E ENGELS. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo, Global, 1984. p. 34.
- MELO, Adriana Almeida Sales de. **A mundialização da Educação: consolidação do projeto neoliberal na América Latina. Brasil e Venezuela**. Maceió: Edufal, 2004.
- MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo Editorial / Editora da Unicamp, 2002.
- \_\_\_\_\_. **A Educação para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.
- \_\_\_\_\_. **O século XXI: socialismo ou barbárie?**. São Paulo, Boitempo, 2003.
- MORAES, Maria Célia Marcondes de. **Iluminismo as avessas: produção de conhecimento e as políticas de formação docente**. Rio de Janeiro; DP&A .2003.
- NOZAKI, Hajime Takeuchi. **Educação Física e reordenamento no mundo do trabalho: Mediações da regulamentação da profissão**. (Tese). Universidade Federal Fluminense, Niterói: 2004.
- PAIVA, A. C. de. **Produção científica na graduação: desafios para a Educação física**. (Mestrado) - Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.
- PISTRAK, M. **Fundamentos da escola do trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- PUCCI, Bruno. **Teoria crítica e Educação**. Rio de Janeiro, Vozes, 1995. P. 13.
- CHAVES, Márcia, SÁNCHEZ GAMBOA, Silvio & TAFFAREL, Celi (Orgs.). **Prática Pedagógica e Produção do Conhecimento em Educação Física & Esporte e Lazer**. Linha de Estudo e Pesquisa em Educação Física & Esporte e Lazer [LEPEL/UFAL/UFBA]. Maceió: Edufal, 2003.
- SÁNCHEZ GAMBOA, Silvio Ancísaz. **Pesquisa em Educação Física: as inter-relações necessárias**. In: *Motri-vivência*. Florianópolis, ano 5. n. 5,6,7, dezembro 1994, pp. 34-46.
- \_\_\_\_\_. **Pesquisa Qualitativa: superando tecnicismos e falsos dualismos**. Contrapontos – vol. 3, p.393-405, Itajaí, set/dez 2003.
- \_\_\_\_\_. **A dialética na pesquisa em Educação: elementos de contexto**. IN: Metodologia da Pesquisa Educacional. Ivani Fazenda (org.). São Paulo: Cortez, 1989.
- \_\_\_\_\_. **Fundamentos para la investigación educativa: pressupostos epistemológicos que orientan al investigador**. Santa Fé de Bogotá: Cooperativa Editorial Magisterio, 1998. [Colección mesa redonda, n. 66].
- \_\_\_\_\_. **Epistemologia da Pesquisa em Educação**. (Tese). Campinas, Praxis. 1998.
- \_\_\_\_\_. **Abordagens Científicas e interesses humanos**. Campinas, SP: Unicamp, 2005.
- SAVIANI, Dermeval. **Política e Educação no Brasil: o papel do congresso nacional na legislação do ensino**. 5ªed. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.
- SOBRAL, F. A. A da F. **A produção e a apropriação social da pesquisa científica e tecnológica: uma discussão no capitalismo dependente**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 67, n. 156, p. 287-305, maio/ago. 1986.
- SOUZA E SILVA, Rossana Valéria de. **Mestrados em Educação Física no Brasil: pesquisando a suas pesquisas**. Santa Maria 1990. Dissertação (mestrado). Faculdade de Educação Física, UFSM.
- SOUZA E SILVA, Rossana Valéria de. **Pesquisa em Educação Física: determinações históricas e implicações epistemológicas**. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. [Tese].1997.
- SINGER, Paul. **A crise do “milagre”**: interpretação crítica da economia brasileira. Rio de janeiro: Paz e Terra, 1978.
- SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR. **A Contra Reforma Universitária do Governo Lula**. *Universidade e Sociedade*. Ano XIV, nº 33, junho/2004.

TAFFAREL C. N. Z. **A formação do profissional da educação:** O processo do trabalho pedagógico e o trato com o conhecimento no curso de Educação Física. (Tese) Doutorado em Educação, Campinas: Unicamp, 1993.

TAFFAREL C. N. Z.. **A prática pedagógica na produção do conhecimento e formação acadêmica na área de educação física & esporte: a possibilidade estratégica da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão.** [Tese Pós-Doutorado]. Universidade Federal da Bahia. Fevereiro de 1999.

\_\_\_\_\_, C.N. Z. **Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte - CBCE - 20 anos:** o caráter revolucionário de uma instituição científica. Isto é possível? Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Florianópolis, p. 39-49, set. 1998. Número especial.

\_\_\_\_\_. C. N. Z. Perspectivas pedagógicas em Educação Física. In: **Atividade Física:** uma abordagem multidimensional. GUEDES, Onacir Carneiro. (Org.). João Pessoa: Idéia, 1997. p.106-130.